

REPORTAGEM DE CAPA

# O OURO D



Keqiang e Dilma  
Rousseff assinaram  
35 acordos



# DE PEQUIM

## A CHINA ACENA COM APORTES BILIONÁRIOS E DURADOUROS NA INFRAESTRUTURA E NO SETOR INDUSTRIAL BRASILEIROS. MAS NEM TUDO QUE RELUZ...

POR ANDRÉ BARROCAL



FRANCISCO STUCKERT/AG. O DIA/ESTADÃO CONTEÚDO

**D**EPOIS de os militares tomarem o poder no Brasil em 1964, em cumprimento dos desígnios dos oligarcas, nove cidadãos da China comunista foram presos no Rio de Janeiro, torturados e condenados a dez anos de cadeia, acusados de subversão. Sete estavam aqui a negócios, empenhados em organizar uma exposição comercial e comprar algo. O grupo ficou encarcerado um ano e só foi solto após muita pressão internacional, como relata o livro *O Caso dos Nove Chineses*, lançado em 2014. O Brasil era então um dos países que mais cresciam no mundo e ignorava a atrasada nação comunista de Mao Tsé-tung. As coisas mudaram muito de lá para cá. Na virada dos anos 60 para os 70, as duas economias equivaliam-se no quesito participação no comércio internacional. Meio século de-

pois, embora integrem o mesmo acrônimo, BRICS, sinônimo de países emergentes, existe um abismo entre elas.

Em 2015, a China tornou-se oficialmente a maior potência econômica do planeta. Em abril, o Fundo Monetário Internacional (FMI) colocou-a pela primeira vez à frente dos Estados Unidos, ao calcular o Produto Interno Bruto dos países com base na paridade de poder de compra, um método neutralizador de disparidades cambiais. Por esse critério,

o PIB chinês no ano anterior somou 17,6 trilhões de dólares, ante 17,4 trilhões dos EUA. Em sétimo no ranking, com 3,2 trilhões, o Brasil enxerga em um atrelamento à economia chinesa uma chance de sair do atoleiro. Para o presumível orgulho dos

cinco chineses presos no passado e ainda vivos e apesar de o Partido Comunista ter decidido reduzir a marcha do crescimento interno e priorizar a qualidade de vida da população.

**OS CHINESES SELECIONARAM 58 OBRAS DE SEU INTERESSE. UM COMITÊ CONJUNTO IRÁ ANALISÁ-LAS**

## REPORTAGEM DE CAPA

O ouro de Pequim é cobiçado por Dilma Rousseff como alternativa às desconfianças dos “mercados”, basicamente ocidentais, em relação à capacidade administrativa de seu governo e também para viabilizar obras de infraestrutura essenciais e investimentos industriais. A presidenta também mira uma agenda internacional mais ampla. Em junho irá a Washington encontrar-se com Barack Obama. Em agosto, receberá Angela Merkel, premier alemã. De olho em matérias-primas para suas fábricas, alimentos para sua população e oportunidades de lucro para suas abundantes reservas de capital, a China dispõe-se a ajudar o país com quem selou sua primeira parceria estratégica, em 1974, e a quem vê como uma espécie de China do Oeste e um “gigante”, nas palavras de seu primeiro-ministro, Li Keqiang.

**P**or tudo isso, a visita do premier ao Brasil, etapa inicial de sua viagem pela América do Sul, só poderia terminar de uma maneira. Repetidas palavras de apreço mútuo, reiterados gestos de confiança recíproca e uma penca de acordos. Entre esses, um Plano de Ação Conjunta 2015-2021, assinado por Dilma e Keqiang e descrito pela brasileira como um evento que “inaugura uma etapa superior” na relação entre os dois países. Insuficiente, porém, para afastar todas as dúvidas sobre se o Brasil tem uma visão estratégica ao lidar com a neossuperpotência ou se apenas aproveita a circunstância para resolver assuntos imediatos.

Não falta apetite aos chineses. Nas tratativas que antecederam a chegada de Keqiang, os negociadores de Pequim entregaram aos brasileiros uma lista de 58 obras de infraestrutura, mineração e indústria que os interessam. A lista incluía previamente a empresa que poderia participar dos projetos e o orçamento das obras. Um total de 53 bilhões de dólares, 3 bilhões referentes a empreitadas em curso e 50 bilhões, a planos novos. Ao mes-

CARNE, AVIÕES,  
SATÉLITES  
E PETRÓLEO  
ENTRARAM NAS  
NEGOCIAÇÕES



## O BANCO CENTRAL BRASILEIRO RESISTE A APOIAR A VERSÃO EMERGENTE DO FMI

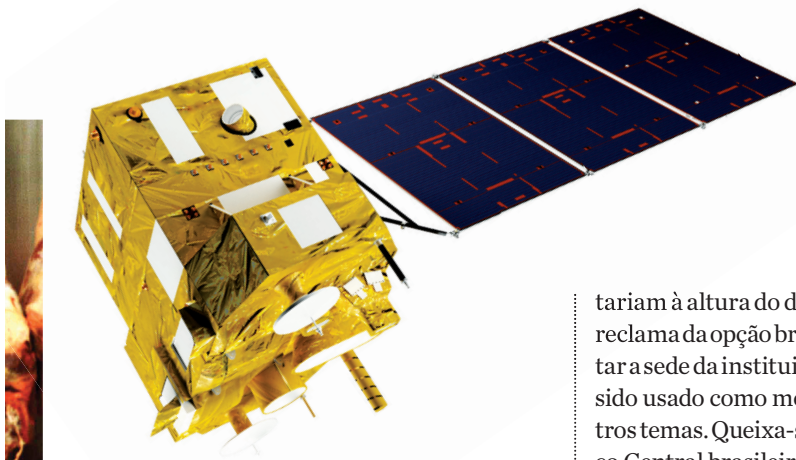
mo tempo, ofereceram outros 50 bilhões de dólares do ICBC, banco industrial e comercial, dinheiro capaz de financiar as tais obras. Tudo resolvido? Nem tanto.

O Brasil tem uma Lei de Licitações, ao contrário da China comunista. E não tem uma estrutura estatal com tal preparo e capacidade de planejamento, também ao contrário dos orientais. O País terá de examinar a lista com cuidado, até para entender exatamente os projetos em questão, o estágio em que se encontram, sua aderência às prioridades brasileiras e as estimativas de custos. Em Brasília, houve quem sentisse certa pressão para a lista de obras ser incluída nos acordos assinados pelos dois mandatários. A solução encontrada foi criar um comitê conjunto de prospecção de oportunidades de investimento nos dois países, não somente no Brasil. O go-

verno brasileiro tem interesse em viabilizar a instalação de uma unidade da Marcopolo, fabricante de ônibus, em território chinês. A primeira reunião do grupo deve ocorrer em julho, na China.

**J**á a oferta de 50 bilhões de dólares em crédito do ICBC virou um entendimento com a Caixa Econômica Federal. Nos próximos dois meses, as duas instituições financeiras discutirão como o dinheiro será empregado. O destino parece certo: infraestrutura, especialmente o programa de concessões prometido para junho, além de habitação e agricultura. Mas o modo de aplicá-lo, não. A Caixa ficará com tudo ou vai direcionar parte ao setor privado, modelo mais ao gosto do ministro da Fazenda, Joaquim Levy?





Ao contrário do que esperava o Itamaraty, o banco dos BRICS despontou nas conversas entre Dilma e Keqiang. Segundo a brasileira, os dois países esperam avanços concretos na próxima reunião de cúpula dos emergentes, em julho, na Rússia. Concebido para concorrer com os filhotes de Bretton Woods, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, a instituição foi anunciada no ano passado. A proposta foi ratificada nos Parlamentos chinês, russo e indiano. O governo brasileiro espera que o aval ocorra até o fim do semestre, a tempo de Dilma levar a notícia à reunião do grupo na Rússia. Na terra de Vladimir Putin deve ser ratificada a direção do banco, sediado em Xangai. O primeiro presidente será o indiano Kundapur Kamath. O representante brasileiro, provavelmente nomeado para uma das vice-presidências, será o economista Paulo Nogueira Batista Junior, há 12 anos no FMI, do qual é um conhecido crítico.

Batista Junior igualmente critica a postura do Brasil nas discussões para a criação do banco dos BRICS, iniciadas em 2012. Os negociadores indicados pelo Ministério da Fazenda, acredita, não es-

tariam à altura do desafio. O economista reclama da opção brasileira de não disputar a sede da instituição, o que poderia ter sido usado como moeda de troca em outros temas. Queixa-se da postura do Banco Central brasileiro nas negociações do Acordo Contingente de Reservas. O ACR será um hospital financeiro para países em crise. Não terá, presume-se, o gosto do FMI por remédios ortodoxos amargos. Segundo Batista Junior, o BC brasileiro, a quem coube coordenar a modelagem do ACR, tentou sabotar a iniciativa, sob o argumento de não comprometer suas reservas em dólares. Tamanha seria a soberba do BC que o economista costuma se referir à instituição como “sexto BRIC”.

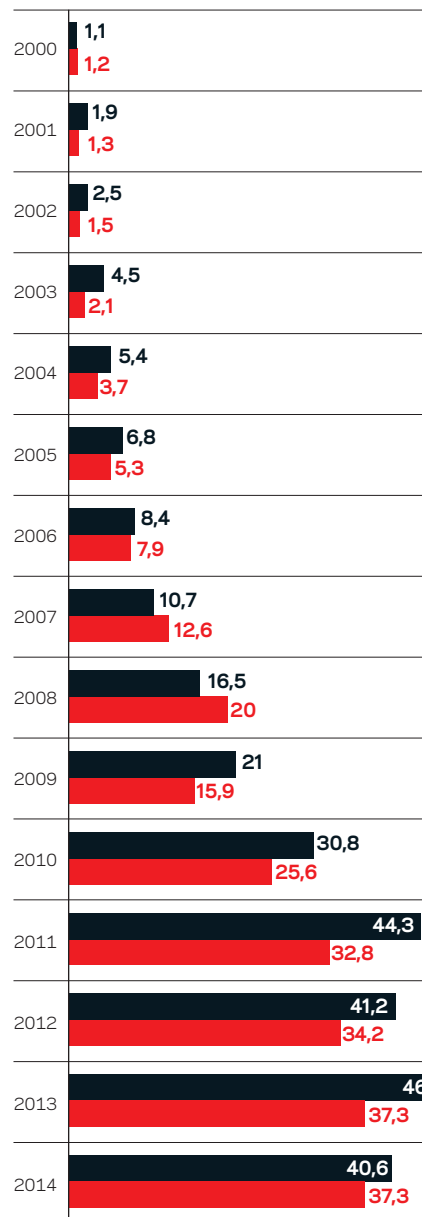
**D**etalhes à parte, o cardápio de 35 acordos selados é variado. Fabricantes chineses de celulares uniram-se a operadoras de telefonia atuantes no Brasil para pesquisas e negócios. A parceria na fabricação de um satélite sino-brasileiro de monitoramento ambiental foi renovada, com a decisão de produzir nova versão do CBERS. Um banco chinês anunciou a compra de 80% do brasileiro BBM, o que fará a China estreitar neste setor no País. Haverá mais alunos do programa Ciência sem Fronteiras nas universidades daquele país. O primeiro contrato de venda de jatos da Embraer para a Tianjin, um lote de 22 unidades com preço estimado em 1,1 bilhão de dólares, foi enfim assinado. Houve até um acordo para fomentar o pingue-pongue e o badminton.

Uma das iniciativas mais vistosas foi, porém, a decisão de um estudo de viabilidade de uma ferrovia que saia do Brasil, cruze o Peru e chegue ao Pacífico. É um projeto imponente, estimado em 10 bilhões de dólares. Os estudos serão pagos pelos chineses e ficarão prontos em um ano. O Brasil será responsável pelas análises ambientais. Keqiang firmaria o mesmo acordo com o presidente do Peru, Ollanta Humala, ao passar por Lima entre,

## A DIPLOMACIA SUL-SUL EM NÚMEROS

Intercâmbio comercial entre o Brasil e a China, em US\$ bilhões

■ Exportações\* ■ Importações



\* do Brasil

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

## REPORTAGEM DE CAPA

▶ os dias 22 e 24. Para os chineses, a Transoceânica baratearia a importação de alimentos e ferro produzidos no Brasil. A uma plateia de empresários dos dois países, Dilma classificou a obra como uma “logística bastante desafiadora” e um marco na logística nacional e nas relações com a China.

**O** embargo à carne brasileira imposto pela China em 2012, por suspeitas de mal da vaca louca no Paraná, também foi derrubado.

Diversos acenos haviam sido feitos, mas só agora, na visita de Keqiang, a decisão materializou-se. A partir da segunda-feira 25, oito frigoríficos que exportavam até o embargo retomam os embarques e há outros nove na fila para receber a certificação chinesa. Curiosidade: no almoço no Itamaraty entre as autoridades das duas nações, o prato principal era carne bovina. Keqiang, 59 anos, bacharel em Direito, fluente em inglês, gostou tanto do prato que resolveu deixar de lado o discurso escrito que havia preparado e falar de improviso no tradicional brinde celebrado entre os chefes de governo nestas ocasiões.

Duas das maiores empresas brasileiras mereceram um capítulo à parte na passagem do premier chinês por Brasília. Desgastada pela Operação Lava Jato, com problemas contábeis decorrentes de corrupção, a Petrobras arrumou 7 bilhões de dólares emprestados. Um providencial alívio financeiro e uma demonstração de força para quem há três meses tinha sido rebaixada em seu rating pela Moody's, uma das principais agências de risco. Não foi só. O presidente da estatal, Aldemir Bendine, fechou com o ICBC um acordo de relacionamento de longo prazo, um sinal de que, no aperto, a Petrobras poderá contar com respaldo chinês por um bom tempo.

A Vale é outra beneficiada. Keqiang garantiu que seu país será um importador de longo prazo de minério de ferro, uma forma de indicar que a mineradora man-



**KEQIANG VAI ENCONTRAR HUMALA E DISCUTIR UMA SAÍDA PARA O PACÍFICO**



terá um cliente cativo. Não é a primeira vez que o futuro da empresa se atrela de tal modo aos rumos de uma nação asiática. No início dos anos 60, sob o comando de Eliezer Batista, a Vale fez do Japão seu esteio. Batista enxergou uma oportunidade de expandir os negócios a partir da reconstrução do parque siderúrgico japonês no pós-Guerra. O plano levaria à construção de portos nos dois países, induziria à invenção dos chamados navios-graneleiros (na volta do Japão, eles paravam no Golfo Pérsico para trazer petróleo) e contratos de venda de minérios por 15 anos.

Agora, além da promessa de compras futuras, a mineradora obteve mais 4 bilhões de dólares do ICBC. “Para nós, é importante cada vez mais encorpar o relacionamento com a China”, afirma o presidente da Vale, Murilo Ferreira, impressionado com o interesse dos parceiros. “Os chineses estão mesmo decididos a dar um grande apoio no setor de infraestrutura e a alguns setores produtivos.”

Em companhia da comitiva oficial, de-

sembarcou no Brasil uma delegação de cerca de 200 empresários, de áreas diversas como bancos, fabricantes de máquinas e equipamentos e empreiteiras. Perto de 25% pertenciam ao setor privado, proporção incomum nesse tipo de viagem. O Brasil desconhecia o tamanho da delegação até poucos dias antes da visita, razão de certo corre-corre para mobilizar empresários brasileiros para reuniões com os colegas. Presidente do Conselho Empresarial Brasil-China, o embaixador Sergio Amaral vê um “ponto de inflexão” na relação entre os países. “Passamos de uma presença chinesa mais pontual para uma mais orgânica. No setor produtivo, torna-se mais ampla e diversificada.”

A visita das empreiteiras chama atenção em especial por causa do momento em que o País discute se sobrar alguma companhia nacional capaz de tocar as grandes obras de concessão planejadas pelo governo, dado o estrago provocado pelas investigações da Lava Jato. Chineses do ramo bateram à porta de vários ministérios

MICHAEL KLIMENTYEV/RIA NOVOSTI/AFP. ESTADÃO CONTEÚDO E ERNESTO BENAVIDES/AFP





O Brasil "grande" da ditadura não aceitava os chineses

## "SEM UMA VISÃO ESTRATÉGICA, SERÁ UMA ADESÃO PASSIVA À CHINA", DIZ MARCIO POCHMANN

em Brasília, interessados em entender as regras do País, incluída a Lei de Licitações, inexistente na África, laboratório da expansão internacional dessas companhias. Segundo o secretário de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Claudio Puty, o setor vai passar por uma forte reorganização societária, por força da Lava Jato, e os chineses talvez participem ativamente desse processo.

**A** generosidade financeira demonstrada pela China tem duas explicações, diz o secretário. A primeira é que sobra dinheiro por lá. Graças às exportações na última década, a China tornou-se a maior reserva de dólares do planeta. Cerca de 4 trilhões, cifra equivalente ao PIB do Mercosul. Esta montanha de recursos permite ao país comprar sem limites títulos públicos dos EUA, o que faz de Pequim o maior credor de Washington. O outro motivo é a desaceleração da economia global des-

de a crise de 2008. Não há tantas oportunidades de investimento no mundo rico. "Hoje é vantajoso investir no Brasil e na América Latina e existe, claro, interesse chinês também em ter acesso às nossas commodities", afirma Puty. "Mas a presença da China não deve nos espantar e nos permite ter relações mais qualificadas com outros países industrializados."

Não deveria espantar, mas servir de alerta, a bem dos interesses do Brasil. Secretário-geral do Itamaraty no governo Lula, o diplomata Samuel Pinheiro Guimarães diz que, no geral, o conteúdo dos acordos parece satisfatório, com iniciativas no setor industrial e em infraestrutura, áreas mais valiosas, não somente em commodities. Em um momento em que o Brasil sofre contestações por parte do "mercado", a disposição da China de investir no Brasil seria significativa e ajudaria a desfazer certas suspeitas. Mas o embaixador vê também motivos para preocupações, o que deveria levar o Brasil a definir melhor suas posições.

Segundo ele, a emergência da nação asiática como maior potência econômica representaria um desafio ao Brasil, ao Mercosul e à América Latina. Sem ação dos governos locais, a tendência é a relação dos chineses com a região se dar em bases indesejadas: eles compram nossas matérias-primas e exportam seus artigos manufaturados. "É nesses termos que ela se tornou nossa maior parceira comercial, absorvendo 18% das nossas exportações", explica. "Seria de extraordinária importância a celebração de acordos de comércio e investimento industrial com a China para o processamento das matérias-primas aqui, em conjunto com garantia de acesso lá, em um sistema de cotas."

**E**x-presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e estudioso da história do desenvolvimento econômico, Marcio Pochmann concorda. Os chineses, compara, lembram os ingleses do século XIX. Berço da Revolução Industrial, a Inglaterra acumulou capital e saiu pelo mundo em busca de matérias-primas, inclusive com o financiamento de infraestrutura. O economista acredita que a América do Sul se arrisca a estabelecer uma relação de "trocas desiguais" com a China. De um ano para cá, lembra, a Venezuela e a Argentina correram atrás de capitais chineses para resolver problemas internos. A primeira levou 20 bilhões de dólares e a segunda, 18 bilhões. Agora é a vez do Brasil. "A relação com a China é uma grande oportunidade, mas será que existe uma estratégia brasileira por trás disso ou é só por uma escassez de moeda?" E acrescenta: "Sem uma visão estratégica, será uma adesão passiva à China. E até agora eu não vi uma explicação estratégica por parte do governo".

Em resumo: o Brasil corre o risco de trocar de colonizador mais uma vez. Depois de portugueses, ingleses e norte-americanos, teria chegado a hora dos chineses? •